

sem prejuízo de outros que vierem a ser definidos, para centralização dos dados públicos a serem divulgados:

- I - o Diário Oficial da Cidade;
- II - o Portal de Transparência e o Portal de Dados Abertos;
- III - o Sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo – SIG-SP e o GEOSAMPA;
- IV - o Catálogo Municipal de Bases de Dados;
- V - o Catálogo de Legislação Municipal;
- VI - os Portais Institucionais da Prefeitura de São Paulo, de suas Secretarias e Subprefeituras, da Câmara Municipal de São Paulo e do Tribunal de Contas do Município;
- VII - os Portais oficiais de entidades conveniadas, parceiras, com acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com a Prefeitura;
- VIII - a Vitrine de APIs da Cidade de São Paulo.

Parágrafo único. São estes, sem prejuízo de outros que vierem a ser designados, os repositórios oficiais da Prefeitura do Município de São Paulo para disponibilização e download de dados, informações e documentos governamentais, segundo os princípios fundamentais dos dados abertos elencados no art. 6º desta Lei.

Art. 7º Serão priorizadas pelo Poder Público ações voltadas para a colaboração Governo-Sociedade, como a realização de encontros abertos e periódicos para discussão de temáticas envolvendo governo aberto, transparência, abertura de dados, tecnologia e inovação e promoção de enquetes e de consultas sobre temas relacionados.

Art. 8º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de São Paulo, e que forem detentoras ou responsáveis pela gestão de bases de dados públicos oficiais, poderão disponibilizar a outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal o acesso aos dados sob a sua gestão nos termos desta Lei.

§ 1º Ficam excluídos do disposto no caput os dados protegidos por sigilo.

§ 2º Permanecem vigentes os mecanismos de compartilhamento de dados estabelecidos por acordos voluntários entre os órgãos e entidades.

Art. 9º O acesso e a disponibilização de informações pessoais pela Administração Pública Municipal observarão as disposições desta Política, considerando o equilíbrio entre a intimidade, a privacidade, a honra e a imagem dos titulares dos dados e o interesse público na divulgação das informações.

§ 1º O processo de tratamento e proteção da informação ou conjunto de dados deverá considerar as definições dos arts. 23 e 31 da Lei Federal nº 12.527, de 2011, e o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e no Decreto Municipal nº 59.767, de 15 de setembro de 2020.

§ 2º Fica vedada a disponibilização a terceiros de dados, informações e documentos pessoais coletados por entidades parceiras de qualquer órgão ou entidade municipal, incluindo a sua comercialização e compartilhamento para fins não definidos em contrato ou em Lei.

§ 3º Para efeitos desta Política, considera-se que as entidades parceiras são aquelas mencionadas no inciso V, do art. 2º desta Lei.

Art. 10. Os órgãos e entidades municipais assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, mediante a adoção de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo único. A observância do mencionado no caput se dará em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 2011, e do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012, ou equivalente que vier a substituí-los.

Art. 11. A partir da identificação do interesse da sociedade na abertura de determinadas bases de dados conforme solicitações de acesso à informação, os órgãos devem dar prioridade para o processo de abertura de tais bases, desde que sobre ela não incorram as restrições previstas no § 1º do art. 8º desta Lei.

Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.902, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 484/21, DO VEREADOR CELSO GIANNAZI – PSOL )**

*Denomina Travessa Profª Sônia M. Rodrigues de Souza o logradouro identificado por Viela 1 na planta de loteamento AU 08/2016/81, com início na Rua Domingos Antônio Barbato e término na Rua Antônio Onofre Cidade, localizado no Setor 148, Quadra 289, no Distrito de Tremembé, na Subprefeitura de Jacanã/Tremembé.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2022, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Travessa Profª Sônia M. Rodrigues de Souza o logradouro identificado por Viela 1 na planta de loteamento AU 08/2016/81, com início na Rua Domingos Antônio Barbato e término na Rua Antônio Onofre Cidade, localizado no Setor 148, Quadra 289, no Distrito de Tremembé, na Subprefeitura de Jacanã/Tremembé.

Art. 2º As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.903, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 517/21, DO VEREADOR SANSÃO PEREIRA – REPUBLICANOS)**

*Institui a Campanha de Incentivo e Conscientização da População – Proteja-se SP sobre a importância de práticas preventivas contra a COVID-19 e demais Síndromes Respiratórias no âmbito do Município de São Paulo.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 20 de dezembro de 2022, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Incentivo e Conscientização da População sobre a importância de práticas preventivas contra a COVID-19 e demais Síndromes Respiratórias

– Proteja-se SP, a ser implantada em locais de uso coletivo no Município de São Paulo.

Art. 2º A Campanha Proteja-se SP compreenderá ações voltadas à conscientização da população através da consecução dos seguintes objetivos:

- I - ampla divulgação em canais oficiais de comunicação;
- II - ênfase na orientação aos moradores das comunidades carentes;
- III - realização de campanhas informativas, através de diversos meios de comunicação, preferencialmente por plataformas digitais com formato compartilhável.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.904, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 518/22, DO VEREADOR GILSON BARRETO – PSDB)**

*Denomina Praça Alencar Lucindo Dias o logradouro implantado sobre o sistema viário entre as ruas Álvaro do Prado, Yonne Josepha Schaeberle e via de ligação entre estas últimas, localizado no Distrito de São Rafael, na Subprefeitura de São Mateus.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, nos termos do disposto no inciso I do artigo 84 do seu Regimento Interno, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Praça Alencar Lucindo Dias o logradouro implantado sobre o sistema viário entre as ruas Álvaro do Prado, Yonne Josepha Schaeberle e via de ligação entre estas últimas, localizado no Setor 152, Quadra 310, situado no Distrito de São Rafael, na Subprefeitura de São Mateus.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.905, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 578/22, DO VEREADOR MILTON LEITE – UNIÃO)**

*Denomina Viela Vó Maria o logradouro com início na Rua Professor Belfort Roxo e término na Rua Major Procópio de Almeida, localizado no Setor 77, entre as Quadras 10 e 11, no Distrito de Pirituba, na Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2022, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Viela Vó Maria o logradouro com início na Rua Professor Belfort Roxo e término na Rua Major Procópio de Almeida, localizado no Setor 77, entre as Quadras 10 e 11, no Distrito de Pirituba, na Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.906, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 731/21, DOS VEREADORES FABIO RIVA – PSDB, ANDRÉ SANTOS – REPUBLICANOS, ATÍLIO FRANCISCO – REPUBLICANOS, DRA. SANDRA TADEU – UNIÃO, ELI CORRÊA – UNIÃO, JANAÍNA LIMA – MDB, JULIANA CARDOSO – PT, MARCELO MESSIAS – MDB, MILTON LEITE – UNIÃO, RINALDI DIGILIO – UNIÃO, RODRIGO GOULART – PSD, RUTE COSTA – PSDB, SANSÃO PEREIRA – REPUBLICANOS e SENIVAL MOURA – PT)**

*Institui o Programa Morar Melhor na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2022, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Cidade de São Paulo, o Programa Morar Melhor de revitalização de núcleos e conjuntos habitacionais de interesse social, de loteamentos, apartamentos e residências oriundos de projetos habitacionais implementados por entidades sociais sem fins lucrativos, pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB ou pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, nos termos desta Lei.

Art. 2º O Programa Morar Melhor tem por objetivo recuperar, através da participação do Poder Público ou da própria comunidade, residências, apartamentos, loteamentos, núcleos e conjuntos habitacionais de interesse social, regulares ou passíveis de regularização fundiária, oriundos de projetos habitacionais implementados por entidades sociais sem fins lucrativos, pela COHAB ou pela SEHAB, visando à melhoria das condições de habitabilidade da população de baixa renda e à integração dessas áreas ao restante do Município.

§ 1º As ações referentes ao Programa Morar Melhor contarão com assessoria técnica de prestadora de serviços, a ser contratada para desenvolver trabalhos de apoio à revitalização de moradias e melhoria do espaço urbano.

§ 2º A contratação de assessoria técnica será realizada pelas associações de moradores dos núcleos ou conjuntos habitacionais, por meio de convênios com o Município ou pela própria Administração Municipal, mediante procedimento licitatório.

§ 3º A assessoria técnica deverá prestar os seguintes serviços:

- I - elaboração de pesquisa e diagnóstico, caracterizados por:

- a) aplicação de pesquisa com o conteúdo mínimo a ser definido por SEHAB;
- b) elaboração de estudo de viabilidade de implementação do projeto;
- c) elaboração de plano de trabalho e cronograma de atividades, com previsão de utilização dos recursos financeiros;
- d) elaboração de planilha de custo para cada fachada, bem como de termo de adesão para os moradores interessados;
- II - assessoria, caracterizada por:
  - a) capacitação e organização da comunidade;
  - b) fiscalização e orientação técnica;
  - c) planejamento e elaboração de projetos.
- Art. 3º São objetivos específicos do Programa Morar Melhor:

- I - melhorar a qualidade de construção das edificações, através da orientação técnica quanto a:
  - a) utilização de materiais de construção e tecnologias adequados para ações de manutenção corretiva, reparos, adaptações e modificações em moradias existentes;
  - b) racionalização da construção;
  - c) adequada utilização do lote (uso do espaço);
  - d) boas condições de conforto ambiental, evitando-se a inadequação habitacional;
  - e) eliminação de situações insalubres nas edificações;
  - f) eliminação de situações de risco;
  - g) revitalização dos espaços de uso coletivo existentes nos núcleos habitacionais com conservação e/ou melhorias de acessos, áreas comuns e infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica;
  - h) recuperação externa das unidades habitacionais, visando a melhorias das condições de habitabilidade e salubridade;
- II - orientar os moradores para a recuperação interna dos respectivos domicílios;
- III - promover a organização social da comunidade, visando à sua inclusão em cursos de capacitação profissional, geração de trabalho e renda e desenvolvimento social;
- IV - desenvolver ações para regularização e integração das áreas ao restante do Município.

Art. 4º Poderão fazer parte do Programa Morar Melhor os núcleos e conjuntos habitacionais de interesse social, os loteamentos, os apartamentos e as residências oriundos de projetos habitacionais implementados por entidades sociais sem fins lucrativos, pela COHAB ou pela SEHAB, desde que atendam aos seguintes critérios:

- I - área consolidada, passível de regularização fundiária e com infraestrutura implantada;
- II - área preponderantemente residencial, habitada por famílias de baixa renda, conforme disposto no regulamento.
- § 1º Terão prioridade de atendimento:
  - I - os núcleos ou conjuntos habitacionais preponderantemente residenciais;
  - II - os núcleos ou conjuntos habitacionais com infraestrutura implementada ou em fase final de execução;
  - III - os núcleos ou conjuntos habitacionais cujas comunidades possuam maior nível de organização;
  - IV - os núcleos ou conjuntos habitacionais caracterizados por número elevado de construções erigidas pelos próprios moradores;
  - V - as residências que tenham mulheres como chefe de família, com filhos ou não;
  - VI - as residências com grupos familiares de que façam parte pessoas com deficiência ou idosos.

Art. 5º A implantação do Programa Morar Melhor abrangerá as seguintes etapas:

- I - recuperação externa das unidades habitacionais, visando a melhorias das condições de habitabilidade e salubridade;
- II - orientação para recuperação interna dos domicílios pelos próprios moradores;
- III - recuperação ou manutenção das áreas comuns dos núcleos e conjuntos habitacionais;
- IV - organização social da comunidade, visando à sua inclusão em cursos de capacitação profissional, geração de trabalho e renda e desenvolvimento social;
- V - desenvolvimento de ações para a regularização e integração das áreas ao Município.

Art. 6º O Programa Morar Melhor terá a participação de todas as Secretarias Municipais, no que couber, e será coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB.

Art. 7º O Poder Executivo poderá criar um Conselho Consultivo do Programa Morar Melhor, para acompanhar a execução e sugerir alterações ao programa.

Art. 8º A execução das obras objeto do Programa Morar Melhor dar-se-á através de:

- I - regime de autogestão, por meio de celebração de convênio entre o Município e associações de moradores dos núcleos ou conjuntos habitacionais;
  - II - regime de execução direta, com obras e serviços executados diretamente pelo Município, incluindo o fornecimento de mão-de-obra e material;
  - III - regime de execução indireta, com contratação de terceiros para execução das obras e serviços;
  - IV - estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Parágrafo único. Cada modalidade de execução descrita nos incisos deste artigo será regulamentada por decreto próprio.

Art. 9º A SEHAB promoverá o cadastramento de organizações técnicas aptas a realizar as obras objeto do Programa Morar Melhor, priorizando as organizações que empreguem moradores das áreas envolvidas na realização das obras.

Art. 10. O planejamento, o orçamento e a fiscalização das obras ficarão a cargo de SEHAB.

Art. 11. O Programa Morar Melhor será custeado com recursos provenientes de:

- I - dotação orçamentária do Município e/ou captação externa;
  - II - créditos suplementares a ele destinados;
  - III - contribuição ou doação de outras origens;
  - IV - dotações orçamentárias da União e do Estado, destinadas a programas habitacionais;
  - V - contribuição de melhoria ou participação comunitária na forma prevista em lei própria;
  - VI - outros recursos destinados a programas habitacionais.
- § 1º Os recursos do Programa Morar Melhor serão encaminhados para dotação orçamentária própria, a ser criada no âmbito de SEHAB.

§ 2º As ações de recuperação e/ou manutenção das áreas comuns, bem como as de capacitação profissional e desenvolvimento social, quando desenvolvidas diretamente pelas demais Secretarias integrantes do Programa Morar Melhor, onerarão orçamento próprio das respectivas Secretarias.

Art. 12. A participação da sociedade, através da doação de materiais, equipamentos e serviços para o desenvolvimento do Programa Morar Melhor, será incentivada mediante a vinculação do nome do doador ao Programa, nos termos do regulamento.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 14. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.907, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 840/21, DAS VEREADORAS SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – PSOL, JULIANA CARDOSO – PT E LUANA ALVES – PSOL)**

*Dispõe sobre a realização da Semana de Conscientização sobre a Violência Obstétrica no Município de São Paulo, e dá outras providências.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2022, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A Câmara Municipal de São Paulo autoriza a realização da Semana de Conscientização sobre a Violência Obstétrica.

Art. 2º A Semana de Conscientização sobre a Violência Obstétrica visa informar pessoas gestantes acerca de seus direitos reprodutivos, plano de parto e atendimento humanizado, a fim de fornecer educação perinatal.

Art. 3º O inciso LXXVIII do art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º .....  
.....  
LXXVIII - .....

.....  
g) a Semana de Conscientização sobre a Violência Obstétrica, a ser realizada anualmente, na semana do dia 28 de maio, Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna.” (NR)

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

#### LEI Nº 17.908, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

**(PROJETO DE LEI Nº 872/21, DOS VEREADORES JULIANA CARDOSO – PT, ALESSANDRO GUEDES – PT, ALFREDINHO – PT, ANTONIO DONATO – PT, ARSELINO TATTO – PT, EDUARDO MATARAZZO SUPLYCI – PT, JAIR TATTO – PT, SENIVAL MOURA – PT, ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – PSOL, FARIA DE SÁ – PP E PROFESSOR TONINHO VESPOLI – PSOL)**

*Dispõe sobre a alteração da denominação da AMA Jd. Nordeste, que passa a ser AMA Jd. Nordeste – Dr. Carlos Neder, e dá outras providências.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2022, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da AMA Jd. Nordeste, localizada na Rua Nicoló Tartáglia, 45, Artur Alvim, São Paulo - SP, 03693-050, que passa a ser denominada AMA Jd. Nordeste – Dr. Carlos Neder.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 11 de janeiro de 2023, 469ª da fundação de São Paulo.  
RICARDO NUNES, PREFEITO  
MILTON ALVES JUNIOR, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE, Secretária Municipal de Justiça - Substituta  
Publicada na Casa Civil, em 11 de janeiro de 2023.

## DECRETOS

**DECRETO Nº 62.145, DE 11 DE JANEIRO DE 2023**

*Dispõe sobre a permissão de uso ao São Paulo Futebol Clube, a título precário, da área municipal situada na rua Marquês de São Vicente, nº 2724, para manutenção do centro esportivo.*

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade do disposto no artigo 114, § 4º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e à vista dos elementos instrutórios contidos no processo administrativo nº 6013.2023/0000030-4, D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a outorga de permissão de uso ao São Paulo Futebol Clube, a título precário, da área municipal situada na rua Marquês de São Vicente, nº 2724, para manutenção do centro esportivo.

Art. 2º A área referida no artigo 1º deste decreto, com cerca de 44.272,37m2 (quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e dois e trinta e sete decímetros quadrados) delimitada pelo perímetro 1-9-10-11-12-2-3-4-5-6-7-8-1, está configurada na Planta A-7104, do arquivo da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio – CGPATRI, e será descrita por ocasião da formalização do respectivo termo de permissão de uso pela referida Coordenadoria.

Art. 3º Do termo de permissão de uso, a ser formalizado na Coordenadoria de Gestão do Patrimônio - CGPATRI, além das cláusulas usuais, deverá constar que a permissionária fica obrigada a:

- I - não utilizar o imóvel para finalidade diversa da prevista no artigo 1º deste decreto, bem como não cedê-lo, no todo ou em parte, a terceiros;
  - II - não realizar obras, ampliações ou benfeitorias no imóvel cedido sem prévia e expressa autorização dos competentes órgãos técnicos da Prefeitura;
  - III - atender às demais normas que versam sobre a segurança e regularidade das edificações, bem como aos parâmetros de incomodidade e condições de instalação constantes da legislação atinente à matéria;
  - IV - não permitir que terceiros se apossom do imóvel, bem como dar conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer turbacão de posse que se verifique;
  - V - restituir o imóvel, caso solicitado pela Prefeitura, no prazo assinalado, sem direito de retenção e independentemente de indenização pelas benfeitorias executadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio municipal;
  - VI - fornecer e instalar equipamentos públicos esportivos conhecidos como "arena de calistenia" e "street workout", com características e locais a serem definidos oportunamente pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
- Parágrafo único. A Prefeitura reserva-se o direito de rever a contrapartida prevista no inciso “VI”, a qualquer tempo.
- Art. 4º A Prefeitura terá o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste decreto e no termo de permissão de uso.
- Art. 5º A Prefeitura não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos das obras, serviços e trabalhos a cargo da permissionária.